

# A voz da criança na pesquisa e na sociedade: em busca de metodologias (efetivamente) participativas

## The child's voice on research and on society: in search of (effective) participatory methodologies

Bianca Becker <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo proporciona um resgate crítico das bases históricas e sociais que têm sustentado a ausência da voz das crianças na pesquisa e na sociedade mais ampla. Apresenta uma reflexão que atravessa os diversos lugares da criança na sociedade ao longo dos tempos, desde a total negligência a esta categoria estrutural geracional, até a construção social do conceito de infância na modernidade através da conjugação de diversos fatores que se concretizam nas premissas fundamentais de negatividade constituinte, invisibilidade civil e de invisibilidade acadêmica. Por fim, oferece novos olhares sobre o papel das crianças como agentes sociais criativos que objetivam superar a justificação naturalizada da total submissão dos mundos interpretativos infantis ao universo adulto. Desse modo, propõe uma necessária e urgente busca por metodologias efetivamente participativas que assegurem que as vozes das crianças possam de fato emergir, tanto na pesquisa quanto nas demais esferas da sociedade.

**Palavras-Chave:** criança, infância, modernidade, pesquisa, metodologias participativas.

**Abstract:** This paper provides a critical review of the sociohistorical foundations that have sustained the absence of children's voice in research and in the wider society. It presents a reflection that crosses the several places of the child in the society throughout the ages, since total negligence to this generational structural category, to the social construction of the childhood conception in modernity through combining some factors that that materialize in the fundamental premises of negativity, civil invisibility and academic invisibility. Finally, it offers new insights about the role of children as creative social agents that aim to overcome the naturalized justification of the total submission of children's interpretive worlds to the adult universe. In this way, it proposes a necessary and urgent search for effective participatory methodologies that ensure the emergence of the children voices, both on research and also in the other spheres of society.

**Keywords:** child, childhood, modernity, research, participatory methodologies.

---

1. Universidade Federal da Bahia

# A voz da criança na pesquisa e na sociedade: em busca de metodologias (efetivamente) participativas

Bianca Becker

## Introdução: visões e revisões sobre a infância

A busca pela compreensão da experiência social da infância a partir da perspectiva dos atores diretamente envolvidos neste processo – as próprias crianças – é objeto de investigação relativamente novo no campo das ciências dedicadas ao estudo dos fenômenos relacionados a essa categoria geracional. Durante décadas difundiu-se uma perspectiva de produção de conhecimentos relacionados à infância que se abstinha de indagar às crianças sobre aspectos que lhes diziam respeito. Este olhar adultocêntrico sobre os fenômenos infantis é ainda hoje bastante difundido na comunidade científica e tende a entender o consentimento e os discursos de adultos próximos como pais, professores e dos próprios pesquisadores como suficientes para a compreensão das vivências das crianças nos seus mais diversos aspectos. Como consequência, assistimos a uma profusão de saberes relacionados à infância nos âmbitos científico e cultural fundamentados por fortes vieses que nos impedem de tocar na experiência da infância de uma maneira mais ampla e minimamente próxima à vivenciada pelas próprias crianças.

Segundo Soares (2006), este discurso tradicional primordialmente adulto e prescritivo da infância que abrange a maior parte dos estudos que envolvem crianças se constrói a partir de um lugar de fala e poder centrados nas mãos dos adultos. As dificuldades na partilha deste poder decorreriam segundo esta autora, do fato da sociedade adulta considerar que a participação infantil é sinônimo de diminuição do controle e da tutela dos adultos sobre as crianças.

Este poder discursivo e prescritivo, que tem tradicionalmente inviabilizado as possibilidades de participação das crianças na sociedade, encontra seu principal fundamento nos discursos científicos produzidos sobre crianças. Discursos estes que desconsideram a criança como agente político e social competente, dotado de capacidade de interpretação e de transformação do mundo que a cerca, aprisionando-a a uma perspectiva de dependência generalizada e incapacidade naturalizada de assumir seu lugar na sociedade. Assim, compreendido pelo ponto de vista da falta ou carência de algo, ou nas palavras de Sarmento (2003b) pela expressão de um *déficit*, estes discursos sobre a criança traçam modelos de interpretação dos fenômenos infantis, bem como modelos educacionais e de organização do espaço e do tempo das crianças enviesados que ocultam e negligenciam sistematicamente suas vozes.

Além disso, a maioria dessas pesquisas apresenta análises indiretas sobre as infâncias – análises de currículos, programas avaliativos, discursos de pais e professores, e que as próprias crianças têm sido pouco compreendidas como atores principais da sua socialização, conforme pontuam Delgado e Müller (2005). Dessa forma, compreender a experiência da infância a partir de papéis sociais altamente restritos e passivos como os de filhos e alunos, acessórios à compreensão dos âmbitos escolares e familiares, trouxe e ainda traz importantes repercussões para a produção de conhecimento sobre infância. Isto porque a maioria dos resultados produzidos a partir dessa perspectiva tradicional invariavelmente leva à tomada de decisões que nem sempre condizem com as demandas apresentadas pelos próprios indivíduos que compõem a categoria estudada. Dessa maneira, as tomadas de decisão relacionadas às crianças têm sido inevitavelmente unilaterais a partir de representações adultas frequentemente estereotipadas da infância.

No entanto, embora relativamente recente, esta crítica à maneira com que os saberes sobre a infância têm sido constituídos e como eles se organizam para fundamentar a imposição de práticas sociais prescritivas e restritivas às crianças não é em si uma novidade. Há mais de uma década, autores como Graue e Walsh (2003), Sarmiento (2003a, 2005, 2006), Chistensen e James (2005), Delgado e Müller (2005) têm alertado para o fato das crianças serem tradicionalmente caladas nas ciências sociais desde que a infância se tornou objeto de interesse científico. Juntamente com esta crítica, tem sido crescente o movimento dentro das ciências sociais e do desenvolvimento em torno da necessidade urgente de que as crianças possam ter assegurado seu direito à voz nos processos de produção de conhecimento sobre suas vidas. Para que isto seja de fato efetivado, há que se modificar o lugar das crianças na ciência e isto exige, antes da busca por metodologias efetivamente participativas das crianças em pesquisa, um exame criterioso dos quadros conceituais que edificaram e ainda hoje influenciam as representações das crianças na sociedade como potencialmente incapazes e incompetentes para responderem por suas interpretações do mundo.

Desse modo, grande parte dos avanços e investimentos recentes na investigação com crianças que propõem novos olhares e novos caminhos investigativos podem ser compreendidos como decorrentes de um movimento necessário de reconceitualização da infância iniciado na década de 1980 com alguns sociólogos da infância, tais como James, Jenks & Prout (1998), Sarmiento (2003a, 2005, 2006, 2007), Qvortrup (2010), Corsaro (2009, 2011), e ampliados por diversos pesquisadores contemporâneos como Fernandes (2005), Soares (2006), Santana (2008), Almeida (2012) entre outros. Estes estudos representam importantes balizas na história da produção de conhecimento sobre a infância, principalmente por alertarem a comunidade científica para a necessidade de considerar a criança como ator social e a infância como grupo social com direitos, seja na ciência, seja nas demais esferas da sociedade. Além disso, trouxeram à tona e colocaram em debate as conceitualizações e metodologias adotadas por aqueles que conduzem pesquisa e produzem conhecimento sobre infância no intuito de romper com o imperativo até então naturalizado de se falar sobre e pelas crianças.

Apesar disso, a negligência à voz da criança nas pesquisas ainda é altamente difundida e possui bases muito mais abrangentes e longínquas no transcorrer dos séculos. Tais bases fundamentais remetem a uma histórica *aprobematicidade* do conceito de infância na construção científica de uma ontologia social e, conseqüentemente, a uma ausência de preocupação com esta categoria geracional dentro da própria sociedade. Historicamente, as crianças, assim como os velhos, eram consideradas meros fardos sociais, porém mais imaturos e incompletos e naturalmente dependentes dos adultos. Neste sentido, as crianças não formavam em si uma categoria social que despertasse preocupação conceitual ou epistemológica, e suas raras referências eram sempre vinculadas aos estudos relacionados à família e aos processos educativos (Müller & Carvalho, 2009). Em razão das suas históricas posições subordinadas tanto na estrutura social quanto nas concepções teóricas de infância e socialização, Qvortrup (2010) acredita que as crianças têm sido constantemente marginalizadas e caladas. Por este motivo, chamamos atenção para o paradoxo de que apesar de sempre terem existido crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio.

Sobre este aspecto, consideramos que a própria ideia que temos hoje sobre a infância e os estilos de relação que a sociedade desenvolveu com as crianças são fenômenos relativamente novos e pouco explorados a partir dos seus aspectos sociohistóricos. Neste sentido, como adverte Santana (2008), é primordial que sejam analisadas as construções

das diferentes imagens de infância ao longo da história e também no âmbito dos estudos científicos acerca das crianças para que possamos compreender as bases sobre as quais está fundamentada hoje a desconsideração da criança como sujeito social competente. Somente a partir da compreensão do silenciamento histórico da infância é que as vozes das crianças e suas interpretações em relação às suas próprias experiências poderão emergir de forma autêntica, seja na pesquisa, seja na sociedade mais ampla.

### **Das marcas históricas fundantes de uma negatividade constituinte à ocultação das vozes das crianças nas pesquisas**

A ideia de infância é uma produção moderna. Isto implica em considerar que o interesse histórico pela infância – compreendida como categoria geracional social historicamente constituída – é bastante recente. Uma análise da produção literária existente sobre a história da infância realizada por Nascimento, et. al. (2008) sugere que somente a partir da modernidade se inicia uma preocupação com a criança e com as questões da infância enquanto categoria diferenciada da vida adulta. Para estes autores, a ausência de uma história da infância e seu registro historiográfico tardio são indícios da visão atemporal e a-social que se sustentou por séculos em torno da criança e que a sociedade ainda hoje carrega.

Autores como Palácios e Oliva (2004), Sarmiento (2003a) e Nascimento, et. al. (2008) lançam mão dos argumentos propostos por Ariès (1973) para relatar que durante séculos as crianças estiveram longe de ter a consideração social, os direitos e as demandas que atualmente julgam-se necessárias e indispensáveis ao seu desenvolvimento. Segundo estes autores, quando um bebê sobrevivia às inúmeras dificuldades da época e se tornava um menino ou uma menina, a tendência era considerá-lo um adulto em miniatura. Dessa maneira, as crianças eram consideradas como meros seres biológicos remetidos ao limbo das existências meramente potenciais, sem estatuto social nem autonomia existencial. Pertenciam, portanto, ao universo feminino, junto de quem permaneciam até terem capacidade de trabalho, participação na guerra ou reprodução, ou seja, até serem rapidamente integradas à vida adulta, quando começariam a participar das atividades produtivas sob o comando e o modelo dos adultos.

Um dos primeiros estudiosos que pontuaram a desconsideração das crianças na sociedade foi Ariès (1973), ao criticar a representação estereotipada das crianças nas pinturas do século XIII, como adultos em escala reduzida, cujas roupas, traços, atitudes e atividades representadas nas obras de arte pertenciam essencialmente ao universo adulto. Sobre este aspecto, Palácios e Oliva (2004) argumentam que somente por volta do século XVII, as representações das crianças nas pinturas começaram a se assemelhar à imagem da criança moderna tal qual a concebemos hoje. Segundo estes autores, foi nesta época que pela primeira vez apareceram na pintura traços exclusivos de crianças em cenas tipicamente infantis, tais como cenas de brincadeira ou de situações de aprendizagem. Dessa forma, a consciência social da infância que emerge com o renascimento, ganha força e autonomia a partir do século das luzes. E somente a partir do século XVIII o retrato de família, predominante na arte deste período, passa a mostrar os sujeitos-criança, antes inexistentes nas representações pictóricas, como parte do centro do mundo familiar.

Assim, se na arte de certa forma o lugar vazio da infância passa a ser ocupado com

as representações pós-renascentistas das crianças, na sociedade mais ampla, a construção histórica da infância é um resultado de um processo muito mais complexo de produção de múltiplas representações sobre as crianças. Neste sentido, é importante ressaltar a emergência do pensamento dualista que passa a vigorar na modernidade cartesiana, associado a movimentos políticos, culturais e religiosos, e que acaba por desencadear no surgimento entre as classes dominantes do século XVII, uma das primeiras concepções de infância a partir da observação dos movimentos de dependência das crianças muito pequenas (Ariès, 1973). No entanto, esta desconsideração histórica do status de infância não significava a negação extrema da existência biológica destes indivíduos, mas sim o reconhecimento que antes do século XVI, a consciência social não admitia a existência autônoma da infância como uma categoria social diferenciada. Dessa forma, é a partir da modernidade que a ideia de infância ganha força ao se referir a um período da existência cuja incompletude, incapacidade e necessidade de proteção se tornam as características mais marcantes. Esta concepção moderna sustenta a maior parte dos olhares sobre a infância que vigoram atualmente.

Apesar de todas as críticas<sup>2</sup> que a tese de Ariès (1973) tem sido submetida, este autor é considerado uma referência incontornável e sua obra, um marco nos estudos da infância. De acordo com Sarmiento (2007), devemos aos seus estudos a chamada da infância à História, quer como objeto historiográfico, quer como problemática de interesse mais geral no conhecimento da condição humana. Destacamos ainda sua reconhecida importância para a compreensão das mudanças históricas e culturais da concepção de infância em detrimento a uma pretensa natureza auto-evidente do fenômeno, pois este foi um dos primeiros estudiosos a destacar que a infância é uma construção social e, dessa forma, a defender que as crianças e as suas vidas deveriam ser mais seriamente consideradas nas investigações.

Neste sentido, a análise da construção histórica das diversas imagens sociais da infância proposta por James, Jenks e Prout (1998) representa uma das primeiras e mais sólidas tentativas de se compreender as sucessivas representações das crianças que contribuíram para produzir este efeito de invisibilidade da realidade social das diversas infâncias que hoje verificamos. Estas representações de uma infância imaginada estruturavam-se em torno dos princípios de redução da complexidade, de abstração das realidades concretas, de naturalização e de interpretação para fins normativos de uma pretensa “criança ideal”. Assim podemos perceber a existência de dois períodos fundamentais de representações da infância: o das imagens da “criança pré-sociológica” e das imagens da “criança sociológica”.

As imagens da “criança pré-sociológica”, construídas a partir do senso comum, da psicanálise, da psicologia do desenvolvimento e da filosofia, tendiam a ignorar o conceito de estrutura social. Para Sarmiento (2007), tais imagens nascem a partir da consideração do sujeito infantil como uma entidade singular abstrata, analisada sem recurso à ideia de infância como categoria social de pertença e excluindo o contexto social enquanto produtor de condições de existência e de formação simbólica. Esta consideração da criança a partir de uma perspectiva a-histórica e naturalizada serviu de base para grande parte das

---

2. A tese de Ariès (1973) tem sido duramente criticada, sobretudo em seus aspectos metodológicos: a ausência de uma filtragem teórica e social das suas interpretações e a tendência a teorizar sobre toda a categoria social da infância, tendo utilizado fontes provenientes apenas do clero e da nobreza. Portanto, a ausência de referência às crianças das camadas populares e a generalização interpretativa sobre a alegada ausência de consciência da infância no passado fazem parte do conjunto de críticas a que sua tese tem sido submetida e que a condiciona a um olhar crítico e cuidadoso por parte dos estudiosos.

representações das crianças que fundamentaram a maior parte das pesquisas voltadas para a compreensão da infância.

Por outro lado, as imagens da “criança sociológica” se traduzem em produções contemporâneas que resultam da interpretação das propostas teóricas das ciências sociais a partir de quatro importantes dicotomias teóricas: agência x estrutura; universalismo x particularismo; local x global; continuidade x mudança (Santana, 2008). Com base nestes referenciais teóricos emergem as quatro diferentes representações da “criança sociológica”: a “criança socialmente construída”, a “criança tribal”, a “criança integrante de um grupo minoritário” e a “criança socioestrutural”.

Sobre este aspecto, Sarmiento (2007) compreende que as imagens da “criança sociológica” constituem processos de reinterpretação das representações da “criança pré-sociológica” com revisão no seu fundamento pela compreensão da categoria geracional. Por derivarem de teorias sociológicas específicas e se constituírem em meros constructos interpretativos de diferentes modos de se perceber as crianças, e em consequência desta percepção, de administrar sua existência cotidiana, este autor entende que as imagens da “criança sociológica” não possuem a mesma espessura histórica nem a influência social que as representações da “criança pré-sociológica”.

Essas representações da “criança pré-sociológica” abrangem a condensação de “tipos ideais” de simbolizações históricas da criança a partir do início da modernidade ocidental e que rapidamente se disseminaram no cotidiano e foram apropriadas pelo senso comum. Dessa forma, embora fossem dominantes num ou noutro período histórico, as imagens da “criança pré-sociológica” coexistem, sobrepõem-se e se complementam de forma tensa ou sincrética na compreensão e interpretação dos mundos infantis, impregnando as relações entre adultos e crianças nos seus mundos concretos cotidianos. Devido ao fato dessas imagens ainda hoje moldarem ações e práticas cotidianas em relação à infância juntamente com as teorizações sociológicas mais sofisticadas, a compreensão das representações da “criança pré-sociológica” torna-se primordial para os estudos dedicados ao entendimento da complexa trama que representa a infância contemporânea.

Desse modo, visando uma compreensão mais aprofundada das bases fundantes dos olhares que ainda hoje lançamos sobre as crianças e seus mundos, Sarmiento (2007) propõe uma interpretação crítica das imagens da “criança pré-sociológica” descritas por James, Jenks e Prout (1998), a saber, a criança má/demoníaca (the evil child), a criança inocente (the innocent child), a criança imanente (the immanent child), a criança naturalmente desenvolvida (the naturally developing child) e a criança inconsciente (the uncounscious child). A primeira imagem – da criança má – teria como fundamento a ideia do pecado original e tem sido associada à tese de Thomas Hobbes do corpo e da natureza como realidades que necessitam ser controladas. Dessa maneira, por se aproximar da natureza instintiva não domesticada pela razão, a criança é concebida como uma expressão de forças indomadas e potencialmente propensas ao mal e que devem ser contidas via socialização. A segunda imagem – da criança inocente – contrapõe-se a primeira a partir do mito romântico da infância como idade da inocência, da pureza, da beleza e da bondade. Esta imagem baseia-se no paradigma de Rousseau de que a natureza é genuinamente boa e a sociedade a corrompe. Trata-se de uma concepção que tem como crença básica a bondade infantil e ainda hoje possui ampla expressão nos modelos pedagógicos centrados na criança.

Representando outra perspectiva, surge a ideia de criança imanente, profundamente influenciada pela teoria de John Locke que via a criança como uma tábula rasa na qual poderiam ser inscritos tanto o vício quanto a virtude, a razão ou sua total ausência. Dessa

forma, seria missão da sociedade adulta promover o crescimento saudável das crianças com vistas a uma ordem social coesa. Por outro lado, os trabalhos de Piaget influenciaram a emergência da imagem da criança naturalmente desenvolvida, ou seja, as crianças consideradas como seres naturais antes de serem sociais. Esta imagem defendia a existência de um processo natural de maturação que se desenvolve a partir de estágios e embora receba influência do meio, não é por ele definido. Esta perspectiva exerceu e ainda exerce grande influência nas práticas voltadas para a infância pois é responsável pela constituição de uma reflexividade institucional sobre a infância a partir de parâmetros de normalidade sobre um pretensão “desenvolvimento natural” da criança. Por fim, destaca-se a representação da criança inconsciente, assentada na psicanálise freudiana, que imputa ao inconsciente o desenvolvimento do comportamento humano com incidência no conflito relacional, especialmente com as figuras materna e paterna. Dessa forma, a criança é vista como um preditor do adulto, e não como um ser humano completo, um ator social com suas especificidades. Este viés interpretativo impede a análise da criança a partir do seu próprio campo, além de ressaltar a imputação de comportamentos desviantes às vivências infantis, o que de certa forma, não deixa de ser uma referência atualizada à imagem da criança má, que se revela quando adulta.

Pelo fato dessas diversas imagens sociais da infância se sobreporem num mesmo campo interpretativo, todas elas podem exercer influências concomitantes e em graus variados na prescrição de comportamentos e de normas de atuação com crianças. Neste sentido, Sarmiento (2007) revela que estas imagens não se configuram compartimentos simbólicos estáticos, mas dispositivos de interpretação que se atualizam nos planos de justificação das ações adultas em relação às crianças. Portanto, a busca de um conhecimento sobre infância livre dessas imagens constituídas historicamente somente pode se efetivar por meio de um trabalho de desconstrução dos seus fundamentos. Fundamentos estes que se edificaram a partir de um processo de institucionalização da infância no início da modernidade através da conjugação de vários fatores: a constituição da escola pública, o novo status da família moderna, o conjunto de saberes científicos sobre a infância e a administração simbólica da infância.

A constituição da escola pública e sua expansão como escola de massas tem uma relação direta com a construção social da infância a partir da liberação do grupo geracional mais novo das atividades do trabalho produtivo. Assim, a retirada das crianças do mercado de trabalho em meados do século XVIII institucionaliza a separação formal e protegida das crianças face à sociedade adulta durante uma parte do dia e acaba por institucionalizar a infância educativa e o “ofício de aluno”, cujas atividades de aprendizagem tornam-se o labor primordial das crianças (Sarmiento, 2003a, 2012). Do mesmo modo, o novo status da família moderna como centro de prestação de cuidados de proteção e estímulo ao desenvolvimento dos filhos, associado à formação de um conjunto de saberes científicos sobre a criança a partir de padrões de normalidade, acabam por produzir uma atmosfera prescritiva da vida da criança que passa a abranger toda a regulamentação do tempo e do espaço das rotinas infantis.

Esta lógica contribuiu diretamente para a elaboração de um conjunto de procedimentos configuradores da administração simbólica da infância, ou seja, “um certo número de normas, atitudes procedimentais e prescrições nem sempre tomadas expressamente por escrito ou formalizadas, mas que condicionam e constroem a vida das crianças na sociedade” (Sarmiento, 2003a, p.5). Tais atitudes abrangem permissões e proibições quanto a aspectos como a alimentação, a acessibilidade ou a recusa à participação da vida coletiva, além de evidenciar a definição de algumas esferas sociais reservadas ao mundo adulto, donde as

crianças estariam automaticamente excluídas: a produção e o consumo, o espaço cultural erudito, a ação cívico-política, entre outras.

A associação de todos estes fatores em torno de uma nova lógica de se compreender a infância, juntamente com as imagens das representações sociais das crianças na sociedade acabam por configurar uma espécie de “ofício de criança” (Sarmiento, 2003a, 2012), intimamente ligado ao mencionado “ofício de aluno” e às atividades obrigatórias educativas consideradas típicas deste período do desenvolvimento, mas também claramente enunciado nos seus traços comportamentais considerados inerentes ao desempenho apropriado das crianças dentro dos papéis imputados pela sociedade. O ofício de criança concretiza-se no decorrer da modernidade a partir de três fundamentos epistemológicos: definição da infância a partir de uma negatividade, invisibilidade cívica e invisibilidade científica. São estes os fundamentos que ainda sustentam as visões mais difundidas sobre infância atualmente e que precisam ser superados para que as vozes efetivas das crianças possam de fato emergir nas esferas acadêmica e sociocultural.

Apesar dos modos culturalmente diferenciados que se apresentam as concepções de infância e as relações entre crianças e adultos, Sarmiento (2007) chama atenção para o fato comum que atravessa as distintas representações da infância: todas se caracterizam mais por traços de negatividade do que pela expressão de conteúdos próprios específicos deste período. Assim, a criança é considerada primordialmente como um “não-adulto” e este olhar sobre a infância registra elementos de uma ausência, ou uma incompletude que negam as características de um ser humano completo. Nessa perspectiva, este autor afirma que a modernidade acaba estabelecendo uma norma da infância, em larga medida definida pela negatividade constituinte. Em outras palavras, a criança não trabalha, não tem acesso direto ao mercado, não se casa, não vota nem é eleita, não toma decisões relevantes, não é punível por crimes. Assim, a infância se estabelece como a idade do “não” desde a etimologia da palavra latina que designa esta geração: *in-fans* - o que não fala. Da idade da não-linguagem, o advento racionalista da modernidade rapidamente consagra a infância também como a idade da não-razão, esta que deveria ser apreendida ao longo do período de escolarização dentro das funções alocadas ao “ofício de aluno”.

Ao se efetivar a concepção de infância dentro da premissa de imaturidade e de ausência de razão, a constituição de uma invisibilidade cívica torna-se inevitável. Neste sentido, o afastamento do mundo da infância em relação ao mundo dos adultos, a separação de áreas de atividades exclusivas dos adultos, das quais as crianças seriam necessariamente excluídas e a institucionalização da proteção das crianças são amparados nas concepções modernas da infância em torno de uma negação da sua capacidade de participação social. Sobre este aspecto, Sarmiento (2007) afirma que o confinamento da infância a um espaço social condicionado e controlado pelos adultos produziu como consequência o entendimento de que as crianças estariam “naturalmente” privadas do exercício de direitos políticos. Para este autor, é justamente este movimento de exclusão que mantém o efeito simbólico da invisibilização da criança na cena pública e, por consequência, na vida política de sua sociedade.

Portanto, de uma pretensa negligência em relação ao sentimento de infância na Idade Média (Ariès, 1973) até sua concepção mais difundida na contemporaneidade, o conceito de infância se desenvolve no início da modernidade em torno de uma espécie dessa negatividade constituinte que está na base dos processos de ocultação das vozes das crianças na sociedade e na academia. A centralidade social que a infância adquire no decorrer da história é então gradualmente consolidada a partir de uma perspectiva de



incapacidade plena (cognitiva, afetiva, sociocultural e jurídica) das crianças, convertendo-as em objetos de proteção, repressão e intervenção do mundo adulto como um todo. Estas são ainda hoje as características mais significativas da infância e que fundamentam a maioria das práticas prescritivas e intervencionistas direcionadas às crianças. A invisibilidade histórica e a invisibilidade cívica, descritas por Sarmento (2007) têm como suporte uma invisibilidade científica que, mais do que desencadeada por um baixo índice de investigações sobre as crianças e a infância, é produzida pelo tipo dominante de produção de conhecimento que rasuram e se interpõem às interpretações das crianças na ação social.

A psicologia também foi altamente responsável pela manutenção dessa ocultação das vozes das crianças ao descrever as crianças como seres inacabados que necessitam percorrer sucessivas etapas do desenvolvimento numa lógica cumulativa, linear e progressiva, para somente então, ao atingirem os estágios cognitivos, afetivos e morais adultos, serem capazes de promover interpretações sobre suas próprias vidas. Dessa forma, tais concepções psicológicas colocam sob suspeita o pensamento infantil ao pressupor sua incompletude e imperfeição e é a partir desse pressuposto que se edifica toda uma tradição de produção de conhecimento sobre a infância. Mais do que qualquer outro grupo social, nas ciências sociais e humanas e dentro da própria psicologia as crianças foram coisificadas, constituídas como simples objetos de conhecimento desprovidos de capacidade reflexiva. Assim, ainda que se considerem os discursos, gestos e experiências das crianças, estes tendem a ser vistos antes a partir das noções de falhas e ausências de uma racionalidade ideal (adulto) do que como uma realização em si mesma desempenhada por uma categoria social de base geracional.

Soares et. al. (2005) advertem que ainda hoje é predominante uma orientação epistemológica que se relaciona com as crianças como se elas fossem desprovidas de capacidade de reflexão da sua própria ação e, portanto, como se esta fosse desprovida de sentido ou se traduzisse no reflexo direto da ação dos adultos sobre si. Tais aspectos ilustram o que estes autores chamaram de “laboratorização” dos mundos de vida das crianças e sua conseqüente transformação em cobaias a partir de uma lógica de economia/ocultação das interpretações dos atores sociais infantis. O resultado desta equação é a produção de resultados enviesados ancorados em um olhar eminentemente adultocêntrico, através do qual são edificadas as políticas e práticas prescritivas direcionadas às crianças.

No entanto, conforme pontuam Rasmussen (2004), Delgado e Müller (2005), os modos de existência e os sentidos atribuídos pelos sujeitos que pesquisamos nem sempre correspondem com nossas interpretações, desejos e anseios. De acordo com estes autores, existe um verdadeiro fosso entre a visão de adultos e de crianças sobre as experiências e expectativas infantis quanto a alguns fenômenos que abrangem seu cotidiano. Isto implica em considerar que a construção unilateral de sentidos e de discursos por parte dos pesquisadores é constantemente precipitada, sobretudo quando se tratam de discursos sobre educação, infância e pesquisa edificadas através de um tipo de narrativa, que muitas vezes se pretende universal.

Neste sentido, as pesquisas que se configuram na investigação *sobre* crianças e que se pretender traduzir os mundos infantis falando *pelas* crianças em relação a aspectos relevantes de suas vivências têm sido crescentemente questionadas por desconsiderarem as crianças – sujeitos primordiais do processo investigativo – como agentes sociais competentes para interpretar os aspectos relacionados ao mundo infantil. Para que de fato os mundos infantis sejam compreendidos a partir de uma perspectiva menos enviesada e adultocêntrica, torna-se imperativo o desenvolvimento de novas formas de se efetivar e se compreender as pesquisas com crianças a partir de uma escuta genuína de suas vozes. Daí surge a

necessidade de se partir em busca de delineamentos de pesquisa genuinamente participativos que correspondam a mais do que um mero cuidado metodológico no planejamento e na efetivação das investigações sobre criança, mas que se constituam num posicionamento ideológico em prol da participação efetiva das crianças na sociedade e do respeito aos entendimentos destes atores sociais.

### **Da noção de agente social criativo à pesquisa com crianças: em busca de uma perspectiva participativa**

Conforme aponta Delgado e Müller (2005), nossas escolhas de pesquisa são inevitavelmente éticas. Neste sentido, a busca por metodologias que assegurem a participação efetiva das crianças nos processos de produção de conhecimentos sobre elas mesmas deve estar assentada numa ética que promova novos olhares sobre a criança e que rompam definitivamente com as perspectivas baseadas na negatividade e na noção de incompetência infantil. Considerar a participação das crianças na investigação é mais um passo para a construção de um espaço de cidadania da infância, um espaço onde a criança está presente e onde a sua ação é indispensável. As metodologias participativas caminham no sentido de superar a visão difundida de socialização como programação cultural em que as crianças absorvem passivamente as realidades com as quais entram em contato de modo a propiciar um espaço de fala para o grupo social da infância, abrindo assim caminho para o desenvolvimento de novas formas de desenvolver investigação com as crianças e para a construção de conhecimento efetivo acerca das mesmas.

Christensen e Prout (2002) buscando compreender os diversos níveis da (in) visibilidade da criança na investigação científica, definiram quatro perspectivas, e portanto quatro lugares possíveis ocupados pelas crianças na pesquisa: as crianças como objetos, as crianças como sujeitos, as crianças como atores sociais e as crianças como participantes. De acordo com Soares (2006), as duas primeiras perspectivas (criança-objeto e criança-sujeito) têm englobado grande parte da investigação tradicional, e são caracterizadas essencialmente por negligenciar a imagem da criança como ator social de direito próprio, realçando essencialmente a sua dependência e incompetência. Seriam perspectivas que colocam as crianças num lugar passivo, cujas vidas podem ser analisadas a partir do olhar adulto-investigador através de delineamentos metodológicos essencialmente paternalistas de forma a salvaguardar aquilo que estes investigadores consideram ser as incompetências das crianças.

Por outro lado, as duas últimas perspectivas (criança-ator-social e criança-participante) realçam as novas formas de entendimento das crianças e da sua posição dentro das ciências e da cultura, considerando-as como atores sociais, com voz e ação, integradas nos processos de investigação onde participam em parceria, mais ou menos consolidada, com os adultos (Soares, 2006). A superação da perspectiva tradicional sobre as crianças e de sua manutenção na prática acadêmica no sentido de uma busca por novas concepções de infância depende de uma revisão crítica consistente à consideração das crianças como seres passivos, destinatários da ação dos adultos, sem vontade, sem opinião e sem voz. Neste sentido, destacam-se algumas rupturas socioculturais responsáveis por alterar profundamente a condição social da infância e abrir caminho para a edificação de novos olhares sobre o lugar da criança na sociedade. Uma importante ruptura a ser considerada é o declínio do programa institucional moderno que atravessou instituições como a escola e a família com consequentes expressões no processo de socialização, colocando em xeque a concepção e a norma de infância que a modernidade instituiu.

Sobre este aspecto, Sarmiento (2007) ressalta o papel da crescente indústria cultural que influenciou a emergência de comportamentos consumistas, individualistas, hipercompetitivos e pautados por uma estética de erotização adulta como importantes fatores que contribuíram para uma mudança nas concepções modernas de infância. No entanto, adverte para a tendência conservadora e reacionária que alguns autores têm apresentado sobre uma pretensa “morte da infância” ocasionada pela conjugação destes elementos. Assim como Buckingham (2000), este autor considera que a tese da morte da infância, que ganhou força na segunda metade do século XX, é falaciosa por estar pautada numa concepção de infância abstrata, atemporal e idealizada. Do contrário, o que tem gradativamente perdido força é a “norma” moderna da infância, e não esta categoria geracional em si.

A decadência da norma moderna da infância como um período de imaturidade biológica, afetiva, cognitiva e moral abre então espaço para a emergência de novos olhares sobre a infância que possam compreender as crianças como sujeitos políticos criativos, agente de mudanças culturais e competentes para interpretar e expressar suas vivências. Entender as crianças como co-construtoras das suas culturas implica em mais do que romper com a visão de apropriação passiva dos elementos da cultura mais ampla, mas, sobretudo, implica em compreender a incorporação destes elementos como partes de um processo criativo de ressignificação e experimentação. Portanto, a cultura adquirida no processo de transmissão cultural que se efetiva nos grupos infantis não é uma cópia exata da cultura adulta, mas sim uma interação simbólica. Nas interações com seus pares, as crianças revisam, reinterpretam e modificam a cultura. Esta reinvenção abrange um processo denominado reprodução interpretativa, ou seja, dentro dos seus grupos de pares, as crianças “apreendem criativamente informações do mundo adulto para produzir suas culturas próprias e singulares” (Corsaro, 2009. p.31).

A concepção de reprodução interpretativa pode fornecer importantes pistas para se compreender o papel da criança como agente ativo de mudança cultural através da construção e manutenção da denominada cultura de pares. De acordo com Corsaro (2009, 2011), esta é entendida como o conjunto estável de artefatos, atividades ou rotinas, valores e interesses que as crianças compartilham na interação com seus pares. Neste sentido, a cultura de pares é considerada um sistema relativamente autônomo e criativo de produção e mudança culturais e dentro dessa lógica, os aspectos de significação dos referenciais culturais dependem grandemente dos lugares simbólicos efetivados pelos grupos de pares durante suas atividades coletivas.

As concepções de reprodução interpretativa e cultura de pares introduzem aspectos inovadores da participação da criança na sociedade ao sedimentarem o caráter protagonista das crianças como agentes co-construtores do mundo em que vivem. Durante suas atividades compartilhadas nos grupos de pares, as crianças demonstram, portanto, ampla capacidade reflexiva e interpretativa sobre os diversos fenômenos que as envolvem direta e indiretamente. Estas ideias convergem na busca por novas formas de produção de conhecimento em parceria com as crianças, encaradas como atores e co-construtores sociais que podem ser estudadas a partir de suas próprias interpretações.

Sobre este aspecto, uma questão epistemológica crucial se coloca frente à busca por efetivação das falas das crianças em pesquisa a partir de metodologias genuinamente participativas: como inscrever na pesquisa o ponto de vista e poder do outro, sobretudo se o outro não tem voz? Esta questão abre uma reflexão de ordem metodológica e ideológica que assume a necessidade que a investigação seja construída como um espaço democrático, participativo, dialógico e de co-construção do conhecimento, mesmo admitindo que o investigador adulto é quem tem o último poder, o poder textual. No entanto, ainda este poder

deveria ser, não um poder opressor ou ocultador das vozes das crianças, mas um poder que clarifica e liberta suas visões de mundo.

Neste sentido, Sarmiento (2007) revela que “escutar a voz das crianças” consiste em escutar a voz do adulto que se revela num discurso previamente interpretado. Isto implica em considerar que é necessário, antes de tudo, assumir a existência deste pensamento circular em torno de uma ciência de certezas que continuamente se objetiva nos seus resultados, para então poder traçar estratégias de rompimento com esta postura tradicionalmente sedimentada. Nessa perspectiva, Delgado e Müller (2005) convidam-nos a desconfiar dos nossos próprios discursos e rede de certezas que pretendem construir verdades absolutas sobre as infâncias. Somente a partir desse exercício de autocrítica estaríamos aptos para pensar em e efetivar a prática da alteridade, que pode considerada atualmente a base da efetivação do respeito às vozes das crianças. Nesta mesma perspectiva, autores como Fernandes (2005) defendem que caberia a nós, investigadores que partilhamos estes pressupostos, o desenvolvimento de competências para lidar com os diversos dilemas e interrogações epistemológicas que inevitavelmente tornam os desafios metodológicos da concretização de pesquisa genuinamente participativas ainda mais complexos.

Sarmiento (2007) destaca então o que considera os aspectos epistemológicos fundamentais que devem sustentar nossas escolhas éticas em busca de metodologias participativas: a superação do entendimento das crianças como meros objetos de conhecimento social em prol da perspectiva das crianças como sujeitos do conhecimento e a ruptura com os procedimentos analíticos que rasuram e esvaziam de conteúdos as interpretações das crianças sobre seus mundos em nome da construção de novos procedimentos metodológicos que recusem o etnocentrismo adultocêntrico e assim permitam uma escuta efetiva da voz das crianças no quadro de uma reflexividade metodológica. Assim, a consolidação destes aspectos epistemológicos é condicionante para que se concretizem pesquisas capazes de assumir as crianças como parceiras efetivas de investigação em vez de meros informantes desqualificados.

Soares et. al. (2005) afirmam que considerar a participação das crianças na investigação implica em desconstruir a persistente afonia e invisibilidade das crianças nas investigações que ao longo do último século se multiplicaram sob a égide da compreensão da criança, sem nunca considerar essa mesma criança enquanto elemento válido do processo, com voz e opinião acerca do mesmo. Estes autores entendem as metodologias participativas com crianças como um recurso metodológico importante, no sentido de atribuir aos mais jovens o estatuto de sujeitos de conhecimento, e não de simples objeto, instituindo formas colaborativas de construção do conhecimento que se articula com modos de produção do saber empenhados na transformação social e na extensão dos direitos de participação social das crianças.

Estes autores chamam atenção para alguns desafios epistemológicos relacionados quer com a alteridade da infância quer com a diversidade das suas condições de existência e que devem ser observadas cuidadosamente, como por exemplo, o trabalho de tradução entre a linguagem científica e a linguagem das crianças com as suas gramáticas culturais distintas que as metodologias participativas são chamadas a desempenhar. Trata-se de um esforço de recuperação das vozes das crianças que permaneceram ocultas nos métodos tradicionais de investigação onde sua incapacidade era invocada com o argumento de proteção contra a sua própria irracionalidade e incompetência. Nesta perspectiva, Soares (2006) apresenta três possíveis patamares de participação da criança na investigação:

- O patamar da mobilização - identifica um processo iniciado pelo adulto, em que a

criança é convidada a participar, sendo encarada como parceira, com possibilidade de escolhas relativamente aos timings, à organização do processo e ainda com uma possibilidade, ainda que reduzida, de escolha dos temas que atravessam a investigação em causa;

- O patamar da parceria - identifica um processo em que implicação da criança na investigação se faz desde logo no design da investigação, processo desenvolvido entre crianças e adultos, sendo a tomada de decisão relativamente a todos os outros aspectos que caracterizam o processo em causa definidos em conjunto;
- O patamar do protagonismo - identifica um processo dependente em exclusivo da ação da criança, quer seja na definição dos objetivos e design da mesma, no timing e recursos, encarando-se o adulto como consultor disponível e presente.

Estes patamares abrem caminho para a possibilidade de uma reflexão contundente sobre os limites e possibilidades metodológicas de participação das crianças sem que esta se configure como uma pseudo participação, cujas vozes dos sujeitos participantes em alguma medida acabam por ser abafadas no decorrer do processo de investigação. As metodologias participativas devem caminhar, portanto, a partir de um manejo ético e minucioso dos diversos momentos da pesquisa ao lado da constante recusa do etnocentrismo geracional que cala constantemente as vozes das crianças em detrimento da efetivação do discurso científico adulto.

O que se pretende com esta proposta é a presença da criança-parceira no trabalho interpretativo, mobilizando um discurso polifônico, onde as vozes das crianças parceiras no trabalho investigativo perpassam lado a lado com o trabalho interpretativo dos pesquisadores. Soares, et. al. (2005) alertam ainda para a necessidade de atenção à diversidade da infância, decorrente de categorias sociais como gênero, religião, etnia, subgrupo etário, entre outras, que impõem a recusa de olhares uniformizadores, desafiando assim a reflexão metodológica em torno do respeito pelas diferenças e pelos diversos modos da sua comunicação. Além dos aspectos diretamente ligados às condições de existência da criança, outros importantes desafios – ligados especialmente aos condicionantes metodológicos da relação pesquisador (adulto) e participante (criança) estão voltados, por um lado, para a definição de ferramentas metodológicas criativas adequadas e pertinentes; e por outro lado, para a redefinição da nossa identidade enquanto investigadores, descentralizando-se do tradicional papel de gestores de todo o processo, para conceber a co-gestão do trabalho investigativo com as crianças.

Por fim, a investigação que lança mão de metodologias participativas como concretização de uma postura ética e política que considera a criança como agente social competente pode ser considerada um importante processo de participação social. Participação esta cuja tomada de decisão é partilhada entre todos os parceiros do processo de investigação e isto só se mostra possível a partir de um equilíbrio mútuo de autonomia, cooperação e hierarquia entre investigador e participantes. Por este motivo, abrange um rico e complexo processo de produção de conhecimento perpassado por inúmeros significados e valores que terão sempre uma dupla interpretação: a dos adultos e a das crianças. Conforme pontua Soares (2006), a participação infantil em pesquisa não deve ser um fim em si mesma, mas um meio através do qual as crianças podem ter suas vozes concretizadas na esfera social mais ampla, sobretudo no que se refere às denúncias em relação aos abusos de poder que vivenciam cotidianamente. Em outras palavras, a participação infantil na investigação científica é um processo legítimo que permite à criança enfrentar os abusos e negligências dos seus direitos fundamentais e agir no sentido de promover e proteger tais direitos.

### **Conclusões: da participação na pesquisa à participação social. O direito à voz dos grupos infantis**

Reconhecer que as crianças são atores sociais, ou seja, sujeitos com capacidade de ação e interpretação do que fazem, implica necessariamente em assumir que elas possuem o direito de participar da vida coletiva. No entanto, conforme aponta Sarmento (2007), no discurso corrente sobre cidadania, permanecem ainda as fórmulas tradicionais e princípios clássicos que restringem a cidadania à idade adulta. E mesmo compreendendo a participação como inerente ao próprio processo de maturação e desenvolvimento da criança, esta é uma questão que dificilmente se constitui como um tema no âmbito das políticas públicas nacionais.

Concordamos com Soares (2006) que a participação infantil se constitui como um processo no sentido de construção de uma sociedade inclusiva para os cidadãos mais novos. Neste sentido, a investigação participativa possuiria uma dimensão irrecusavelmente política, implicada na edificação de um espaço de cidadania da infância. Portanto, a participação das crianças na investigação pode ser considerada um importante passo na direção da construção gradual de uma atmosfera de participação social por parte das crianças. Para que as vozes das crianças possam emergir e sua participação possa de fato ser efetivada, novas metodologias e ferramentas precisam ser constantemente refletidas e reinventadas. Isto exige tanto repensar um conjunto de pressupostos clássicos que historicamente desconsideram a validade das vozes das crianças nas esferas de produção de conhecimento, quanto construir uma *práxis* de investigação que abra espaço para se considerar que a qualidade e a validade ética de uma investigação com crianças serão tão mais bem sucedidas quanto maior for o controle das crianças sobre as diferentes etapas do processo de investigação e, principalmente, sobre seus próprios discursos.

Ao compreendermos a participação social como um direito, a busca por metodologias que assegurem a plena participação infantil na vida coletiva torna-se, portanto, uma proposta ética e política que considera as crianças como agentes sociais reflexivos competentes, capazes de negociar, planejar e modificar da cultura a que pertencem. No seu sentido mais amplo, para assegurar a participação social plena da criança, é necessário romper com as perspectivas tradicionais de pesquisa sobre e pela criança em prol de investigações em parceria com crianças com vistas a promover a emancipação dos discursos infantis e a constituição de parcerias mais efetivas entre os mundos adultos e os mundos das crianças. Acreditamos que somente através deste movimento de construção de parceria adulto-criança é que os significados de infância e os lugares da criança na sociedade podem ser de fato, concretizados.

### **Referências**

- Ariés, P. (1973) *História Social da criança e da Família*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1973.
- Almeida, A. N. (2012) Infância, Crianças, Internet: desafios na era digital. In: Delicado, A., Almeida, A. N., Prout, A., Sigalés, C., Ponte, C., et al. *Infância, Crianças, Internet: desafios na era digital*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Corsaro, W.A. (2009) Reprodução Interpretativa e Cultura de Pares. In: Muller, F; Carvalho, A. M. A (orgs). *Teoria e Prática na Pesquisa com Crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez.

- Corsaro, W.A. (2011). *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed.
- Corsaro, W. A., & Eder, D. (1990). Children's Peer Cultures. *Review Literature and Arts Of The Americas*, 16, 197-220.
- Delgado, A.C.C. & Muller, F. (2005). Em busca de Metodologias Investigativas com Crianças e suas Culturas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n125, mai/ago.
- Delgado e Muller (2006) - Infâncias, Tempos e Espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento. *Currículo sem Fronteira*, v. 6, n.1, pp 15-24, jan/jun.
- Fernandes, N. (2005). Notas Introdutórias. In. Christensen, P. & Allison, J (org). *Investigação com Crianças: perspectivas e práticas*. Paula Frassinetti, Porto.
- Graue & M. E & Walsh, D. J. (2003). *Investigação Etnográfica com crianças: teoria, métodos e ética*. Trad. Ana Maria Chaves. Revisão Técnica Teresa Vasconcelos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- James, A., Jenks, C. & Prout, A. (1998). *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press.
- Muller, F. & Carvalho, A.M.A. (2009). Encontros e Diálogos: notas introdutórias. In: Muller, F; Carvalho, A. M. A (orgs). *Teoria e Prática na Pesquisa com Crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez.
- Nascimento, C.T., Brancher, V.R. & Oliveira, V.F. (2008) A Construção Social do Conceito De Infância: uma Tentativa de Reconstrução Historiográfica. *Linhas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04 18, jan. / jun.
- Palácios, J. & Oliva, A. (2004). Adolescência e seu significado Evolutivo. In. Coll, C.; Marchesi, A. & Palácios, J. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia evolutiva*. Vol 1. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Pontes, F. A. & Magalhães, C. M. (2003). A Transmissão da Cultura da Brincadeira: algumas Possibilidades de Investigação, *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 16(1), 117-124.
- Santana, J. P. (2008). *Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida* : uma investigação participativa com crianças em situação de rua. Tese de doutorado. Instituto de estudos da Criança. Universidade do Minho, Braga.
- Sarmiento, M. J. (2003a). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Em M. J. Sarmiento e A. B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e miúdos. Perspectivas sócio-pedagógicas da Infância e Educação*. (pp. 9-34). Porto: Asa.
- Sarmiento, M. J. (2003b). Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de Educação*, 12, nº 21, pp. 51-69. Pelotas: Faculdade de Educação da Universidade de Pelotas.
- Sarmiento, M. J. (2005). Gerações e alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação e Sociedade*, 91, v. 26, 361-378.
- Sarmiento, M. J. (2006). Sociologia da Infância: Correntes e Confluências (pp. 60-83). Em M. J. Sarmiento, *Relatório da Disciplina*. Braga: Universidade do Minho.
- Sarmiento, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância. Em M. J. Sarmiento e V. M. R. Vasconcellos (Orgs.), *Infância (in)visível* (pp.25-49). Araraquara: Junqueira & Marin Editores.
- Sarmiento, M. J. (2012). A reinvenção do ofício de criança. In. Delicado, A., Almeida, A. N., Prout, A., Sigalés, C., Ponte, C., et al. *Infância, Crianças, Internet: desafios na era digital*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Sarmento, M. J., Soares, N.F., Tomás, C. (2006). Participação social e cidadania ativa das crianças. Rodrigues, D. *Inclusão e Educação*. Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 141:159.
- Soares, N.F., Sarmento, M.J. e Tomás, C. (2005). Investigação da Infância e Crianças como Investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances: estudos sobre educação*. ano XI, v. 12, n. 13, jan./dez.
- Soares, N.F. (2006). A Investigação Participativa no Grupo Social da Infância. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, pp.25-40, Jan/Jun.